



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA



06-03-2018

**Relatório da Mesa 2017**



Índice

<b>1. Órgãos Estatutários .....</b>	<b>2</b>
<b>2. Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição .....</b>	<b>5</b>
3.1. Análise da atividade económica .....	5
<b>4. Análise da Atividade da Instituição .....</b>	<b>10</b>
4.1. Rendimentos e Gastos .....	10
4.2. Resultados Por Valência .....	12
4.3. Ativo, passivo e situação líquida .....	17
4.4. Participações Financeiras .....	18
4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento .....	19
4.6. Principais riscos e incertezas .....	19
4.7. Questões ambientais .....	19
4.8. Questões relativas a trabalhadores .....	19
4.9. Existência de Sucursais .....	19
4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado .....	19
4.11. Gestão de Riscos Financeiros .....	20
4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais .....	20
4.13. Rácios .....	20
<b>5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício .....</b>	<b>21</b>
<b>6. Evolução Futura .....</b>	<b>22</b>
<b>7. Aplicação de Resultados .....</b>	<b>22</b>



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

*João Inácio Monteiro*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

## 1. Órgãos Estatutários

Em 31 de Dezembro de 2017

### ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Inácio Monteiro

1.º Secretário: Joaquim Belo Rafael

2.º Secretário: Manuel Batista Rodrigues

Suplente: Manuel Alberto Pereira de Matos

Suplente: Inácio Fernandes Vilar

### MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca

Vice-Provedor: José Alexandre Gomes Silva Branco

Secretário: Vítor Manuel Monteiro Cunha Lavajo

Tesoureiro: Amílcar de Jesus Amaral

Mesário: Henrique José B. Pissarra Monteiro

Mesário: Henrique Manuel Ramos Fernandes

Mesária: Marisa Santiago dos Santos

Suplente: Maria João Reis Neves Carvalho

Suplente: José António Barros Alves

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Orlando Manuel Jorge Gonçalves

Efetivo: António Alexandre Martins da Costa

Efetivo: António Júlio Gonçalves dos Santos

Suplente: José Carlos Travassos Relva



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Suplente: Maria Olimpia Gomes Vieira

Suplente: Ricardo Manuel de Oliveira Leitão Malcatanho

*Suplente*  
*[Signature]*

*[Signature]*



## 2. Introdução

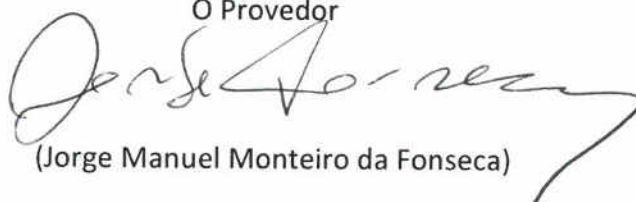
Nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, apresentamos as contas e correspondente relatório do ano de 2017.

Na observância dos objetivos definidos no Compromisso e na sequência de anos anteriores, procurámos corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde nos inserimos e promover, em simultâneo, a melhoria da organização interna e a modernização técnica do seu funcionamento, evoluindo na promoção da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, não descurando a indispensável economia de meios.

Visando assegurar a melhor resposta aos mais desfavorecidos, na invalidez, na velhice, na juventude e na infância continuámos o esforço de renovação e conservação das diversas respostas sociais.

No contexto atual de dificuldades económicas e sociais, que exige uma constante adaptação à mudança, destaco a colaboração dos trabalhadores que todos os dias ajudam a Santa Casa a executar da melhor forma todas as suas respostas sociais, bem como a colaboração de todos os Irmãos que contribuem de forma prestimosa para o cumprimento do nosso Compromisso.

O Provedor



(Jorge Manuel Monteiro da Fonseca)



*2018-2019*  
*CP*

### 3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição

#### 3.1. Análise da atividade económica

##### 3.1.1. A Economia Mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) espera agora que a economia mundial cresça 3,9% em 2018 e 2019, mais 0,2 pontos percentuais do que estimou anteriormente, influenciado pelo “bom momento” de 2017.

Na atualização ao ‘World Economic Outlook’ (relatório das previsões económicas mundiais) divulgado, o FMI melhorou também a estimativa para 2017, antevendo agora que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial tenha crescido 3,7% no conjunto do ano passado (mais 0,1 pontos percentuais do que o estimado em outubro).

Nesse sentido, a instituição liderada por Christine Lagarde deixa um conselho: o ciclo económico é “uma oportunidade ideal para avançar com reformas” e que são “prioritárias” para todas as economias de modo a “impulsionar o produto potencial e para fazer com que o crescimento seja mais inclusivo”.

“É expectável que o momento forte que se viveu em 2017 se mantenha em 2018 e 2019”, afirma a instituição, explicando que a revisão em alta se deve à atividade económica das economias avançadas, onde se estima que o crescimento “exceda os 2% em 2018 e 2019”.

A estimativa do FMI reflete a expectativa de que as condições financeiras globais favoráveis e o sentimento económico forte “vão manter a recente aceleração na procura, especialmente no investimento, com um impacto notório no crescimento das economias exportadoras”.

Além disso, acrescenta a instituição sediada em Washington, a reforma fiscal nos Estados Unidos e os estímulos fiscais associados deve “aumentar temporariamente” o crescimento económico do país, com impacto também nos parceiros comerciais do país, especialmente Canadá e México, durante esse período.

Nesse sentido, o crescimento económico dos Estados Unidos foi revisto em alta de 2,3% para 2,7% em 2018 e de 1,9% para 2,5% em 2019.

O FMI melhora também as estimativas de crescimento da zona euro em 0,3 pontos percentuais este ano e no próximo, estimando agora que a economia do conjunto dos países da moeda única europeia cresça 2,2% e 2% respetivamente, abrandando face à subida de 2,4% estimada para o ano passado.



*Inf. Econ.*  
*alg*

A previsão de crescimento económico do Japão também foi revista em alta para 1,2% em 2018 (mais 0,5 pontos percentuais do que o previsto anteriormente) e para 0,9% em 2019 (mais 0,1 pontos).

A estimativa do crescimento agregado nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento para 2018 e 2019 manteve-se inalterada nos 4,9% e 5%, respetivamente, depois de um crescimento de 4,7% em 2017, embora existam “fortes diferenças” entre regiões (prevendo-se um crescimento de 6,5% na Ásia emergente e de 1,9% na América Latina este ano), afirma o FMI. As economias do Médio Oriente, do norte de África, do Afeganistão e do Paquistão também deverão recuperar em 2018 e 2019, mas a um ritmo que continua limitado em torno dos 3,5%.

O FMI alerta ainda para os riscos a estas previsões no médio prazo: pelo lado positivo, a recuperação económica pode ser mais forte do que o esperado; pelo negativo, está a possibilidade de um aumento mais rápido do que o previsto da inflação e das taxas de juro nas economias avançadas, bem como a tensão geopolítica e as crises institucionais em algumas partes do mundo.

### 3.1.2. A Economia Portuguesa

De acordo com o noticiado pelo diário de notícias (<https://www.dn.pt/dinheiro/interior/pib-cresce-27-em-2017-9116657.html>), a economia portuguesa apresentou o maior crescimento desde 2000, essencialmente devido ao aumento da procura interna.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa cresceu 2,7% em 2017. Concretamente, segundo informação prestada pelo INE "Em 2017, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 pontos percentuais que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016", informa o INE em comunicado".

Este é o ritmo de crescimento mais elevado desde 2000, sendo que esse ano a economia subiu 3,8% e desde então, quando cresceu, foi sempre a ritmos inferiores a 2,7%.

Na mesma nota, o INE informa que, em termos homólogos, o Produto Interno Bruto (PIB) "aumentou 2,4% em volume no 4º trimestre de 2017 (2,5% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do Investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, o contributo da procura



*Info. Econ. - 2017*  
*CSG*

externa líquida foi positivo (no trimestre anterior tinha sido negativo), refletindo a aceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços e a desaceleração das Importações de Bens e Serviços".

"Comparativamente com o 3º trimestre de 2017, o PIB aumentou 0,7% em termos reais, uma taxa superior em 0,2 pontos percentuais à registada no trimestre anterior".

O crescimento do PIB fica ligeiramente acima da última previsão do Governo para o conjunto do ano passado, que era de 2,6%, mas acabou por ser mais favorável do que o crescimento de 1,5% previsto inicialmente pelo Ministério das Finanças no Orçamento do Estado para 2017 (OE2017), acabando por ter um impacto positivo na frente orçamental.

Os dados divulgados coincidem com a média das estimativas recolhidas pela agência Lusa, que apontavam para um aumento de 2,7% em termos anuais e 2,4% no quarto trimestre em termos homólogos.

A informação agora confirmada encontra-se em linha de conta com as projeções do Banco de Portugal (BP) constantes do Boletim Económico de outubro de 2017. Nesta publicação, o BP já referia que o enquadramento internacional da economia portuguesa continua a ser muito favorável, com a procura externa a acelerar face a 2016, crescendo acima de 4%. O enquadramento monetário e financeiro é igualmente benigno, mantendo-se a orientação acomodatória da política monetária da área do euro e a melhoria das condições de financiamento dos agentes económicos. A atual recuperação económica assenta num maior dinamismo da FBCF, cujo crescimento projetado para 2017 é de 8%, e na reorientação de recursos produtivos para setores mais expostos à concorrência internacional, com as exportações de bens e serviços a crescerem aproximadamente 7% em 2017, situando-se cerca de 44% acima do valor observado em 2008. A crescente internacionalização da economia portuguesa está a ser acompanhada pela manutenção de um excedente da balança corrente e de capital, que se deverá situar em 1,8% do PIB em 2017.

O crescimento projetado pelo BP para o consumo privado é inferior ao do PIB, num quadro de melhoria no mercado de trabalho – com a aceleração pronunciada do emprego, redução da taxa de desemprego e ligeiro aumento da população ativa – e de níveis elevados de confiança, que se mantém condicionado pelo crescimento fraco dos salários reais e pela continuação do processo de redução do endividamento das famílias.

Ainda segundo relatório do BP, após o crescimento de 2,9% no primeiro semestre, o PIB deverá desacelerar no segundo semestre de 2017. Esta desaceleração reflete essencialmente o





*Inf. Econ. 2017*  
*[Handwritten signature]*

desempenho das exportações. Após os elevados ganhos de quota de mercado das exportações registados no segundo semestre de 2016 e no primeiro semestre de 2017, antecipa-se um ligeiro ganho de quota no segundo semestre de 2017. Ao longo de 2017, as exportações continuam a ter um contributo para o crescimento homólogo do PIB (líquido dos respetivos conteúdos importados) superior ao da procura interna, cujo contributo se mantém relativamente estável em termos intra- anuais.

Ainda segundo as projeções do BP, O crescimento de cerca de 7% projetado para as exportações de bens e serviços em 2017 é significativamente superior ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, mesmo no caso de ajustarmos para o impacto de Angola (4,5% e 5,7%, respetivamente). Esta evolução sugere a manutenção de ganhos significativos de quota de mercado em 2017, tal como observado em média desde 2010.

Segundo o relatório do BP, o desempenho positivo das exportações em 2017 ocorre num contexto de apreciação do euro e de evolução desfavorável de indicadores tradicionais de competitividade-preço. Neste quadro, os ganhos de quota de mercado salientam a capacidade competitiva das empresas portuguesas nos mercados internacionais, que vai para além de ganhos de competitividade por via dos preços.

O forte crescimento das exportações é comum à componente de bens e serviços. Destaca-se, no entanto, o desempenho das exportações de turismo que em 2017 são cerca de 77% superiores ao nível registado em 2008, assim como das exportações de serviços relacionados com a atividade turística.

Em termos intra- anuais, projeta-se um perfil de desaceleração das exportações no segundo semestre de 2017. No segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017 observou-se um grande dinamismo das exportações refletindo (i) a recuperação das exportações extracomunitárias, com destaque para Angola, (ii) a aceleração das exportações intracomunitárias, nomeadamente para Espanha, (iii) a dissipação de alguns efeitos temporários negativos, associados à redução da produção de unidades industriais dos setores energético e automóvel em 2016 e (iv) o crescimento extraordinário das exportações de turismo (Capítulo 6 do presente Boletim Económico). No segundo semestre de 2017 as exportações deverão continuar a crescer, sendo positivamente influenciadas pelo aumento da capacidade produtiva e exportadora de uma unidade industrial do setor automóvel e pela ocorrência em território português de importantes eventos à escala internacional,



*João de Deus*  
*leg*  
*[Signature]*

previstos para o final de 2017. Contudo, o incremento no nível das exportações no segundo semestre do ano corresponderá a uma desaceleração em termos homólogos, refletindo a normalização de alguns dos efeitos acima referidos.

Tendo como referência a capacidade de financiamento da economia, segundo as projeções do BP, aponta-se para a manutenção da capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo excedente da balança corrente e de capital, num nível próximo do observado em 2016. Na atual situação de elevado endividamento externo, a existência de um excedente nas contas externas é uma condição fundamental para assegurar a credibilidade e estabilidade macroeconómica da economia portuguesa.

A relativa estabilização do excedente da balança corrente e de capital em 2017 reflete uma diminuição do excedente da balança de bens e serviços, mais acentuada do que a projetada no Boletim Económico de junho, e uma melhoria do saldo das restantes componentes, em linha com o anteriormente projetado. A deterioração do saldo da balança de bens e serviços traduz um efeito de volume negativo e, em menor grau, uma perda de termos de troca. O efeito de volume negativo resulta do maior dinamismo das importações face às exportações, em termos reais, que é mais acentuado nas atuais projeções. A perda de termos de troca está associada ao aumento do preço do petróleo em euros, sendo ligeiramente inferior à do anterior exercício de projeção.

Por fim, no que se refere ao mercado de trabalho, a sua evolução projetada para 2017 caracteriza-se por um aumento do emprego de 3,1%, 1,5 pp acima do observado em 2016 e 0,7 pp acima do projetado no exercício anterior, e por uma diminuição da taxa de desemprego para 9,0%. O nível de emprego projetado para 2017 é, contudo, cerca de 6% inferior ao observado em 2008, estando a taxa de desemprego 0,7 pp acima da observada nesse ano.

O crescimento do emprego é superior ao crescimento projetado para o PIB, o que resulta numa redução da produtividade aparente do trabalho, já observada desde 2014 até ao primeiro semestre de 2017. Para explicar a dinâmica muito fraca da produtividade aparente do trabalho concorrem diversos fatores. Entre esses fatores encontra-se o baixo nível do capital por trabalhador, que é muito inferior à média na área do euro, e a ineficiente afetação dos recursos nas empresas portuguesas. A diminuição da produtividade aparente do trabalho a nível agregado no passado recente traduzirá sobretudo alterações ocorridas dentro de cada ramo de atividade.



*Inf. 10-11-17*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

O crescimento da economia portuguesa compara de forma favorável com o desempenho da economia da Zona Euro, com as taxas de variação do PIB em cadeia e em termos homólogos a ficarem acima.

## 4. Análise da Atividade da Instituição

### 4.1. Rendimentos e Gastos

A Santa Casa continua a apresentar uma estrutura financeira e económica sólida. Verifica-se que o ativo corrente (1 936 736,88 Euros) é amplamente superior ao passivo efetivo (1 205 389,53 Euros) situação que revela uma ampla capacidade de honrar os compromissos de curto prazo.

O resultado líquido, no período de 2017 foi positivo em 31 332,39 Euros, melhorando o resultado obtido no período de 2016 que foi positivo em 12 584,71 Euros, os resultados obtidos resultam dos grandes esforços de racionalização de gastos, bem como do aumento das vendas e prestações de serviços que no ano de 2017 foram de 2 029 297,53 euros, tendo crescido 2,54% em relação a 2016.

Os gastos do ano de 2017 ascendem a 4 278 787,84 Euros (contra 4 187 488,32 Euros verificados em 31-12-2016), facto que significa um aumento de 91 299.52 Euros face a igual período do ano de 2016, essencialmente devido ao aumento de 133 412.02 da rubrica Gastos com o Pessoal em consequência do aumento do salário mínimo (530 Euros em 2016 face a 557 Euros em 2017).

As rubricas de maior significado correspondem aos "Gastos com o pessoal" (57,97% do total dos gastos), cujo valor ascende a 2 480 561,87 Euros (mais 133 412,02 Euros que em 2016, representando um aumento de 5,68%), o "custo das existências vendidas e consumidas" no valor de 1 030 981,48 euros (24,1% do total dos gastos) e que representa uma diminuição de 11 621,52 Euros face ao verificado em 2016. A outra componente significativa dos gastos é representada pelos "Fornecimentos e serviços externos" no valor de 585 878,48 Euros (13,69% do total dos gastos) e que face a 2016 apresentam um decréscimo de 8 548,55 Euros, resultando uma diminuição de 1,44%.



*Infância*

No "Custo das existências consumidas" encontram-se incluídos 614 115,17 Euros que correspondem ao custo das vendas da farmácia (contra 620 772,73 Euros verificados em 2016), sendo que as vendas da farmácia totalizam, em 2017, 776 361,70 Euros contra 775 130,45 Euros verificados em 2016, verificando-se um aumento de 0,16%.

Ao nível dos rendimentos e ganhos são de destacar as receitas obtidas associadas ao débito aos utentes das mensalidades e participações obtidas de organismos oficiais no âmbito dos acordos existentes e que somam 3 357 936,87 Euros (contra 3 253 341,43 Euros verificados em 2016), representado um aumento de 3,22%.

Os rendimentos obtidos associados a arrendamentos atingem o montante de 100 380,80 Euros em 2017, quando no ano de 2016 foram de 86 756,00 Euros, verificando-se assim um aumento de 13 624,80 Euros (mais 15,70%).

No que se refere à obtenção de juros, em 2017 foi obtido o montante de 1 531,55 Euros quando no ano de 2016 foram obtidos 11 377,95 Euros. Este efeito justifica-se com a menor atratividade das taxas dos depósitos a prazo em 2017 face ao verificado em 2016.

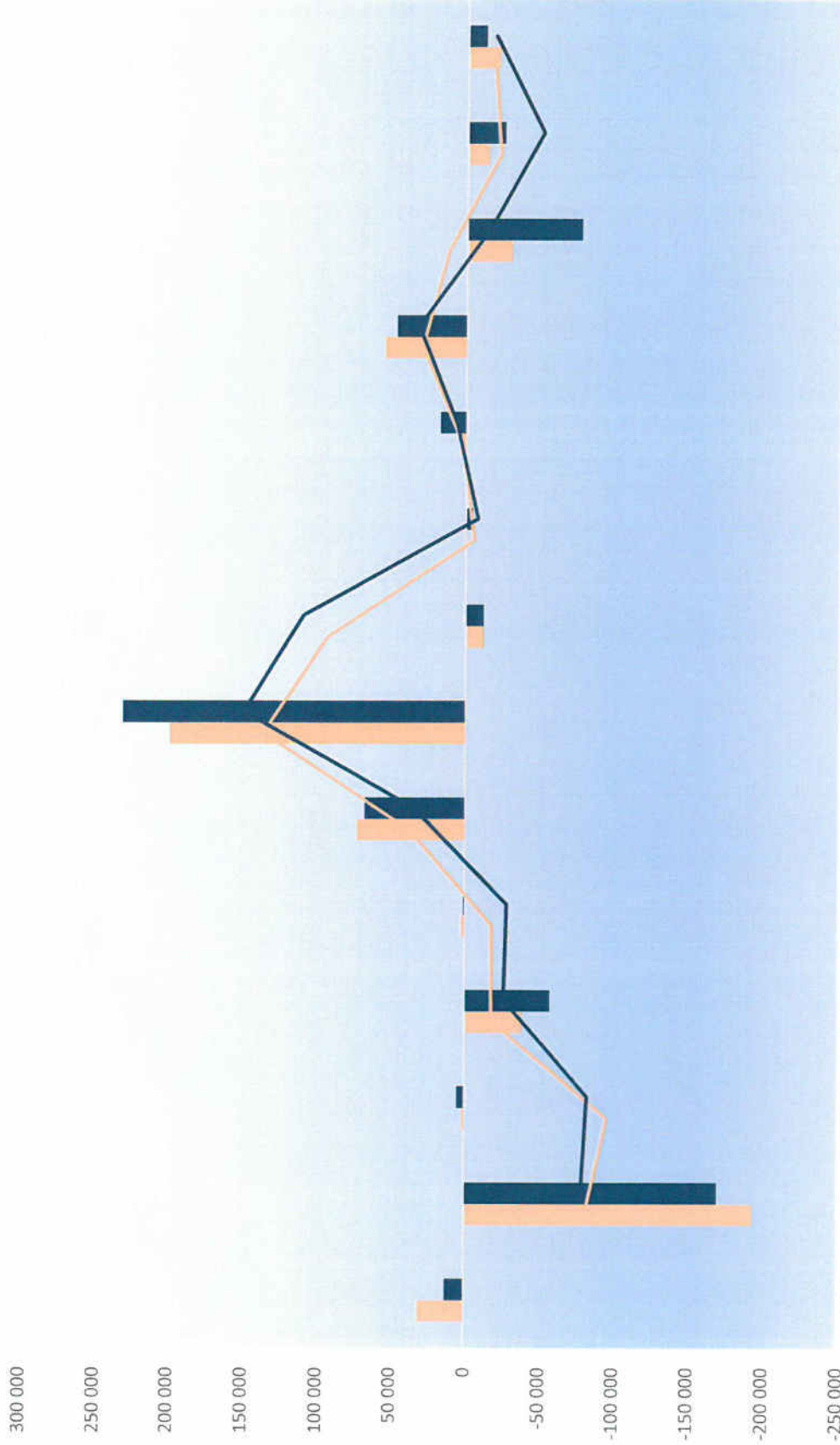


## 4.2. Resultados Por Valência

CONTAS	2017	ADM	PEA	IGR	MORT	FARM	UCC	CDG	CDGG	LG	LV	CJI	ATL	CMSJG
Vendas e serviços prestados	2 029 298	9 329	1 853	100	4 967	776 362	100 778	9 930	15 250	500 371	399 339	53 719	41 756	115 543
Subsídios, doações e legados à exploração	2 105 001	0	19 660	0	0	0	1 079 832	17 341	21 263	91 385	336 178	111 734	32 267	395 340
Variação nos inventários da produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itens das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 030 981	0	-8 023	0	0	-614 115	-136 984	-4 931	-7 491	-99 295	-130 297	-16 965	-12 846	-36
Fornecimentos e serviços externos	-585 878	-78 153	-1 612	-15 455	-2 041	-12 794	-180 127	-4 703	-6 462	-84 610	-119 143	-26 794	-14 447	-39 539
Gastos com o pessoal	-2 480 562	-204 799	-9 379	-29 713	0	-89 613	-620 231	-27 234	-21 269	-386 195	-416 308	-145 853	-57 551	-472 417
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-23 441	0	-39	0	0	0	-10 130	-558	0	150	-597	-3 235	-1 394	-7 637
Provisões (aumentos/reduções)	-6 153	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-6 153
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	21	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	174 269	118 753	116	13 218	42	22 355	7 984	81	123	1 407	6 563	2 741	232	654
Outros gastos e perdas	-24 053	-11 938	0	-1 018	0	-6 571	-3 081	-14	-10	-318	-432	-82	-30	-558
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de finan</b>	<b>157 520</b>	<b>-166 788</b>	<b>2 577</b>	<b>-32 868</b>	<b>2 968</b>	<b>75 623</b>	<b>238 042</b>	<b>-10 088</b>	<b>1 405</b>	<b>22 894</b>	<b>75 304</b>	<b>-24 735</b>	<b>-12 012</b>	<b>-14 804</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-127 710	-28 020	-254	-5 262	0	-2 303	-38 770	-1 374	-346	-18 401	-19 881	-5 007	-1 975	-6 118
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financi</b>	<b>29 810</b>	<b>-194 808</b>	<b>2 323</b>	<b>-38 131</b>	<b>2 968</b>	<b>73 320</b>	<b>199 273</b>	<b>-11 462</b>	<b>1 059</b>	<b>4 494</b>	<b>55 423</b>	<b>-29 742</b>	<b>-13 986</b>	<b>-20 921</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1 532	1 532	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	-9	-9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>31 332</b>	<b>-193 286</b>	<b>2 323</b>	<b>-38 131</b>	<b>2 968</b>	<b>73 320</b>	<b>199 273</b>	<b>-11 462</b>	<b>1 059</b>	<b>4 494</b>	<b>55 423</b>	<b>-29 742</b>	<b>-13 986</b>	<b>-20 921</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>31 332</b>	<b>-193 286</b>	<b>2 323</b>	<b>-38 131</b>	<b>2 968</b>	<b>73 320</b>	<b>199 273</b>	<b>-11 462</b>	<b>1 059</b>	<b>4 494</b>	<b>55 423</b>	<b>-29 742</b>	<b>-13 986</b>	<b>-20 921</b>



# Evolução dos Resultados Líquidos por Valência 2016 e 2017



Global	ADM	PEA	IGR	MORT	FARM	UCC	CDG	CDGG	LG	LV	CJI	ATL	CMSJG
31 332	-193 286	2 323	-38 131	2 968	73 320	199 273	-11 462	1 059	4 494	55 423	-29 742	-13 986	-20 921
12 585	-169 887	4 945	-56 977	1 038	67 749	230 751	-11 698	-4 121	17 660	47 022	-77 194	-24 757	-11 946

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



*Inf. 2017*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

#### 4.2.1. Administração

A administração tem, essencialmente, como proveitos, as rendas de edifícios e terrenos, os juros dos depósitos a prazo e as quotizações dos irmãos da Irmandade. Como custos são de destacar os custos com o pessoal dos serviços administrativos e os fornecimentos e serviços externos inerentes aos mesmos. O resultado desta valência são 193 286 Euros de prejuízo no ano de 2017, podendo verificar-se que esse resultado negativo verificado representa um aumento de 23 399,41 euros relativamente ao ano de 2016, representando em termos percentuais um aumento de 13,77%.

#### 4.2.2. Igreja

A Igreja tem como receita as esmolas e como principais despesas os custos com o pessoal e com o aquecimento da Igreja. O resultado de 2017 nesta valência é deficitário em 38 130,93 Euros, embora o resultado negativo tenha diminuído 33,08% em relação ao período de 2016, que era de 56 976,80 euros negativos. Essa diminuição do resultado líquido negativo deve-se aos fornecimentos e serviços externos, nomeadamente à eletricidade e gás natural, que teve de 2016 para 2017 uma diminuição de 89,03%. Do lado dos proveitos, contribuíram positivamente o aumento das esmolas de 2016 para 2017 em 8 305,89 Euros (aumento de 169%) para a diminuição do prejuízo.

#### 4.2.3. Mortuária

A Mortuária tem como principal receita a utilização da Mortuária e como principais custos a água e a eletricidade e apresenta um lucro em 2017 de 2 968,45 Euros, representando um aumento de 186%.

#### 4.2.4. Farmácia

As vendas da Farmácia em 2017 ascenderam a 776 361,70 Euros, verificando-se um aumento de 0,16% relativamente a 2016 e os descontos de pagamento obtidos foram de 22 347,81 Euros. Os Custos das Mercadorias vendidas foram de 614 115,17 euros e os custos com o pessoal foram de 89 612,84 Euros, tendo sofrido um aumento de 708,33 Euros em relação a 2016. O lucro da Farmácia em 2017 foi de 73 320,03 euros, tendo aumentado 8,22% relativamente a 2016.



*João F. ...*  
*...*

#### 4.2.5. Unidade de Cuidados Continuados

As prestações de serviços em 2017 perfizeram o valor de 100 778,40 Euros, contrastando com o valor de 2016 que foi de 109 003,78 euros, tendo tido uma diminuição de 7,55% os subsídios à exploração somaram o valor 1 079 32,23 Euros, sofrendo uma diminuição de 710,03 Euros comparando com 2016. Quanto aos custos são de destacar os gastos com o pessoal no valor de 620 230,87 Euros, aumentando em relação a 2016 em 8,37%, os custos das mercadorias vendidas com 136 983,67 Euros e os fornecimentos e serviços externos com 180 126,88 Euros. O lucro em 2017 desta valência foi de 199 272,92 Euros, sendo que em 2016 esse resultado era de 230 751,00 Euros, verificando-se uma diminuição de resultado em 13,64%.

#### 4.2.6. Centro Dia da Guarda

Com uma média de 10 utentes, o Centro Dia da Guarda obteve um prejuízo de 11 461,78 Euros em 2017, diminuindo em 2,03% relativamente a 2016.

#### 4.2.7. Centro Dia da Guarda Gare

Com uma média de 16 utentes, o Centro Dia da Guarda-Gare, em 2017, teve um resultado positivo de 1 059,38 Euros, representando um aumento de 126% relativamente a 2016, este aumento dos resultados deve-se em grande parte ao aumento do número de utentes em 14,29% em termos relativos, sendo a média de utentes de 16 em 2017, face a 14 em 2016.

#### 4.2.8. Lar na Guarda

A média de utentes foi de 63. Quanto às vendas e prestações de serviços do Lar na Guarda, em 2017, foram de 500 371,15 Euros que representaram um aumento de 4,38% em relação a 2016. Os subsídios à exploração aumentaram 3,15% face ao ano de 2016 e perfizeram o valor de 91 384,88 Euros. Quanto aos custos são de destacar os custos com o pessoal com 386 195,05 Euros que tiveram um aumento de 6,28% em relação a 2016 que foram de 363 367,44 Euros, os fornecimentos e serviços externos com 84 610,18 Euros, aumentaram 7,76% e os custos das mercadorias vendidas no ano de 2017 foram de 99 294,67 Euros aumentando em 18,50%. O lar na guarda no ano de 2017 teve um resultado positivo de 4 493,95 Euros, sendo de realçar o decréscimo relativamente a 2016 de 74,55%.





*Infância*  
*CP*

#### **4.2.9. Lar na Vela**

Com uma média anual de 99 utentes, as vendas e prestações de serviço do Lar na Vela em 2017 perfizeram 399 339,32 Euros, ou seja, mais 23 553,19 Euros do que no ano de 2016, representado um crescimento de 6,27%. Os subsídios à exploração aumentaram 26 530,75 Euros face ao ano de 2016 e atingiram os 336 178,46 euros em 2017. No que diz respeito aos custos, são de destacar os Custos com o Pessoal no valor de 416 308,22 Euros que representa um aumento 9,83% em relação a 2016 que totalizou o valor de 379 034,90 Euros, os Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 119 142,61 Euros tiveram um aumento de 9,83% e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas em 2017 totalizaram o valor de 130 297,05 Euros, representando uma diminuição de 2,69%. Em 2016 o Lar na Vela teve resultado líquido de 55 422,82 Euros representando um aumento de 17,87% em relação a 2016.

#### **4.2.10. Programa de Emergência Alimentar**

Neste Programa em 2017 é de destacar do lado dos proveitos o subsídio da Segurança Social no valor de 19 660,00 Euros que representa uma diminuição de 22,28%. No ano de 2017 o resultado líquido positivo foi de 2 323,01 Euros tendo um decréscimo de 53,02% face ao ano de 2016. A média de utentes nesta valência foi de 13.

#### **4.2.11. Creche e Jardim de Infância**

A Creche e Jardim de Infância apresenta, em 2017 um saldo negativo de 29 741,85 Euros, tendo aumentado em 61,47% relativamente a 2016, esse resultado deve-se essencialmente ao aumento do número de utentes, 37 utentes em média em 2016 face a uma média de 49 utentes em 2017. Os custos com o pessoal, que foram de 145 852,87 Euros em 2017, diminuíram em 14 252,56 Euros, em relação a 2016 sendo essa diminuição, em termos percentual, de 8,90%. Em 2017 as vendas e prestações de serviço e, subsídios à exploração cresceram 34,82% e 11,94% respetivamente, em relação ao ano de 2016, devido ao aumento do número de utentes e das mensalidades, continuando mesmo assim a ser uma valência deficitária.

#### **4.2.12. Centro de Atividades e Tempos Livres**

O Centro de Atividades e Tempos Livres apresenta, em 2017 um prejuízo de 13 986,25 Euros, representando uma diminuição de 43,50%, em relação a 2016, que foi de 24 756,61 Euros. Esta



*Jose Afonso*  
*Uly*  
*[Signature]*

diminuição do resultado líquido negativo justifica-se pelo aumento do valor das vendas e prestações de serviços, que foram de 41 756,15 Euros, perfazendo um aumento, em relação a 2016 de 7,78%, bem como dos subsídios à exploração que aumentaram em 14,94%, atingindo, em 2017, o valor de 32 267,43 Euros. A média de utentes nesta valência foi de 33.

#### **4.2.13. Conservatório de Música de São José da Guarda**

O Conservatório, no ano de 2017, viu o seu resultado líquido negativo aumentar em 75,13%, passando dos 11 945,99, Euros verificados em 2016, para os 20 921,36 Euros em 2017. Este aumento dos resultados negativos, em grande parte, justifica-se pela diminuição em 6 alunos do Curso Básico Articulado Autofinanciado do 2º e 3º Ciclo (6 alunos X 4 prestações X 140 Euros + 6 alunos X 55 Euros) que representam uma perda de 3 690 Euros na rubrica vendas e serviços prestados e pelo aumento dos gastos com o pessoal em 11 515,66 Euros, relativamente a 2016, perfazendo o valor de 472 416,61 Euros, representando um aumento de 2,5%. Foram também consideradas, até respeitando algumas normas contabilísticas e por uma questão de prudência, imparidades de dívidas a receber no valor de 7 637,40 Euros e na rubrica provisões foi considerada uma verba de 6 152,96 Euros, com vista a antecipar a contabilização de um custo correspondente, relativa a um processo judicial em curso.

#### **4.2.14. Análise Global**

Fazendo uma análise global às contas da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, pode-se concluir que a melhoria dos resultados líquidos verificados em 2017, com o valor positivo de 31 332,39 Euros, em comparação aos resultados positivos de 2016 no valor de 12 584,71 Euros, se deve em grande parte à melhoria dos resultados, ainda assim negativos, da valência Creche e Jardim de Infância (menos 47 452,39 Euros de prejuízo em relação ao ano de 2016) e da Igreja (menos 18 845,87 Euros de prejuízo em relação ao ano de 2016).

#### **4.3. Ativo, passivo e situação líquida**

A Rubrica créditos a receber, que representa a dívida de clientes e utentes, apresenta em 2017 o valor de 125 049,09 Euros e representa uma diminuição de 35 389,56 Euros, em termos absolutos, e 22,06%, em termos relativos, face ao verificado em 2016.



*Inf. Financeira*  
*[Signature]*

A Rubrica "Outros ativos correntes" apresenta um saldo de 581 674,06 Euros, menos 95 744,18 Euros face a 2016, apresentando uma diminuição em 14,13%.

Quanto aos meios financeiros líquidos, em 2017, os mesmos eram de 1 051 372,60 Euros e aumentaram 94 858,31 Euros, em relação a 2016.

No que diz respeito ao Ativo não corrente este está registado por um valor de 4 035 086,97 Euros, tendo diminuído em 28 530,51 Euros comparando com 2016, apresentando uma diminuição relativa de 0,70%.

Ao nível do passivo corrente este passou de 966 637,98 Euros, em 2016, para 1 205 389,53 Euros em 2017, essencialmente devido ao diferimento do pagamento dos retroativos do subsidio de turno já reconhecido, no valor de 200 327,76 Euros e que vai continuar a ser pago até ao mês de novembro de 2019 inclusive.

O Total dos fundos patrimoniais passou de 5 043 259,48 Euros em 2016 para 4 760 750,85 Euros em 2017.

#### **4.4. Participações Financeiras**

A Santa Casa da Misericórdia detém, registadas ao custo histórico, as seguintes participações:

- 13 000,00 Euros, na empresa Flexiparadigma, cujo objeto de negócio é a fisioterapia;
- 49 878,00 Euros no Banco Português de Gestão;
- 124 699,47 Euros na TVI, SA;
- 500,00 Euros na Cooprofar Farmácia - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia;
- 200,00 Euros na Farminveste 2 SGPS, Unipessoal, Lda.



*Infelizmente*  
*[Signature]*

#### **4.5. Atividades de investigação e desenvolvimento**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não tem vindo a efetuar atividades relacionadas com investigação e desenvolvimento.

#### **4.6. Principais riscos e incertezas**

A atividade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda está diretamente dependente das políticas do Estado no âmbito dos Ministérios da Segurança Social, da Educação e da Saúde tanto sob a perspetiva económica como financeira. Não existem financiamentos contratados.

#### **4.7. Questões ambientais**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda cumpre a legislação aplicável ao seu sector, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais. No que diz respeito ao serviço de tratamento de resíduos sólidos hospitalares perigosos, o mesmo é assegurado pela empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

#### **4.8. Questões relativas a trabalhadores**

Os Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontram-se afetos à empresa em cumprimento da convenção coletiva de trabalho aplicável ao seu sector e em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho. A política salarial é definida pela Exma. Mesa Administrativa tendo por base o cumprimento do normativo legal e o desempenho verificado.

#### **4.9. Existência de Sucursais**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não dispõe de qualquer sucursal ou filial.

#### **4.10. Situação perante a Segurança Social e Estado**

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e à Autoridade Tributária, apresentando a situação contributiva devidamente regularizada.



*Inf. 2017*  
*[Signature]*

#### 4.11. Gestão de Riscos Financeiros

A existência de riscos financeiros será sempre uma situação importante em qualquer entidade. Contudo, considerando que financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Guarda não depende de terceiros e que as entidades clientes apresentam situação financeira estável, não se perspetivam alterações significativas neste âmbito. A entidade dispõe de condições financeiras adequadas para cumprir os seus compromissos de curto e de médio e longo prazo.

#### 4.12. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais

Não se verificaram negócios entre a Instituição Particular de Solidariedade Social e os seus Órgãos Sociais.

#### 4.13. Rácios

**Autonomia Financeira** = Fundos Patrimoniais/Ativo = 0,80

O ativo da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontra-se a ser financiado por capitais próprios da Instituição em 80%, o que revela uma boa autonomia financeira por parte da mesma.

**Solvabilidade Geral** = Fundos Patrimoniais/Passivo= 3,93

A Instituição tem uma ótima solvabilidade, ou seja, capacidade de solver as suas obrigações, passando dos 5,22 em 2016 para 3,93 no ano de 2017.

**Prazo Médio de Recebimentos** = 23 dias

O prazo médio de recebimento das Vendas e Prestações de Serviço da Misericórdia é de 23 dias

**Prazo Médio de Pagamentos** = 62 dias

O prazo médio de pagamentos foi, no ano de 2017 de 62 dias.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

*Dr. João...*  
*[Signature]*

## 5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício

Não existem factos ocorridos após o termo do exercício que impliquem referência adicional ou justifiquem informação/alteração das Demonstrações Financeiras.



## 6. Evolução Futura

No próximo exercício pretende-se continuar com o esforço de modernização e renovação das diversas respostas sociais de modo a oferecer as melhores condições a todos os utentes da Instituição e utilização dos recursos internos.

De acordo com as regras de boa gestão que sempre são seguidas, permanecerá o esforço de contenção de custos e aposta na otimização dos recursos já existentes, procurando obter sinergias entre as valências da Instituição.

Contudo, no atual contexto económico, embora nos debatamos com escassez de recursos, considerando igualmente os cortes que têm sido efetuados no setor social pelo Estado em função das suas políticas de austeridade transversais a todos os setores da sociedade, tudo faremos para manter as respostas da Instituição nos atuais padrões, assim como nos mantermos como uma Instituição de referência do distrito.

## 7. Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Guarda encerrou as contas relativas a 2017 com Resultados Líquidos positivos, no montante de 31 332,39 Euros (trinta e um mil trezentos e trinta e dois euros e trinta e nove cêntimos), propõe-se que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta "Resultados Transitados".

A Mesa Administrativa

# **Santa Casa da Misericórdia da Guarda**

**Anexo**

**31 de dezembro de 2017**



## Índice

Balanço.....	4
Demonstração de Resultados .....	5
Fluxo de Caixa .....	6
1 Identificação da Entidade .....	7
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	7
2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:.....	8
2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior: .....	8
3 Principais Políticas Contabilísticas .....	8
3.1 Bases de Apresentação.....	8
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro.....	20
3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas .....	20
3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:.....	20
3.6 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período: .....	21
4 Fluxos de Caixa.....	21
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	22
6 Ativos Fixos Tangíveis .....	22
7 Ativos Intangíveis .....	26
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	27
9 Agricultura .....	27
10 Inventários .....	27
11 Rédito.....	28
12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	29
13 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	30
14 Benefícios dos empregados .....	30
15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	31

16	Outras Informações .....	31
16.1	Investimentos Financeiros .....	31
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	32
16.3	Clientes e Utentes .....	32
16.4	Outras contas a receber.....	33
16.5	Diferimentos .....	34
16.6	Outros Ativos Financeiros .....	34
16.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	34
16.8	Fundos Patrimoniais .....	34
16.9	Fornecedores .....	35
16.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	35
16.11	Outras Contas a Pagar .....	35
16.12	Outros Passivos Financeiros .....	36
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	36
16.14	Fornecimentos e serviços externos .....	36
16.15	Outros rendimentos.....	37
16.16	Outros gastos.....	37
16.17	Resultados Financeiros .....	37
16.18	Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor .....	38
16.19	Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.....	38
16.20	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço: .....	38
16.21	Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.....	39
16.22	Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: .....	39
16.23	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: .....	39
17	Acontecimentos após data de Balanço .....	40

## Balço

Santa Casa da Misericórdia da Guarda  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500876550  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3, 7	3.943.300,97	3.984.399,65
Bens do património histórico e artístico e cultural	3, 7	1.208,21	1.208,21
Ativos intangíveis	3, 6	13.710,00	13.727,06
Investimentos financeiros	3, 16.1	77.337,28	64.752,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		4.035.556,46	4.064.086,97
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3, 10	109.034,56	90.610,79
Créditos a receber	3, 16.3	125.049,09	160.438,65
Estado e outros entes públicos	3, 16.10	32.023,03	38.648,95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3, 16.2	25.064,93	17.556,50
Diferimentos	3, 16.5	12.518,61	4.623,05
Outros ativos correntes	3, 16.4	581.674,06	677.418,24
Caixa e depósitos bancários	3, 4, 16.7	1.051.372,60	956.514,31
		1.936.736,88	1.945.810,49
<b>Total do ativo</b>		<b>5.972.293,34</b>	<b>6.009.897,46</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	2, 16.8	5.290.114,00	5.290.114,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	2, 16.8	-936.111,61	-643.559,05
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 16.8	375.416,07	384.119,82
		4.729.418,46	5.030.674,77
Resultado líquido do período		31.332,39	12.584,71
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>4.760.750,85</b>	<b>5.043.259,48</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	3, 12	6.152,96	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		6.152,96	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3, 16.9	174.337,03	167.388,60
Estado e outros entes públicos	3, 16.10	119.061,34	105.316,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3, 16.7	2.987,38	2.171,64
Diferimentos	3, 16.5	272.382,96	260.887,19
Outros passivos correntes	3, 16.11	636.620,82	430.874,34
		1.205.389,53	966.637,98
<b>Total do passivo</b>		<b>1.211.542,49</b>	<b>966.637,98</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5.972.293,34</b>	<b>6.009.897,46</b>

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado



F3M - Information Systems, SA  
Processado por Computador

## Demonstração de Resultados

Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Contribuinte : 500876550

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

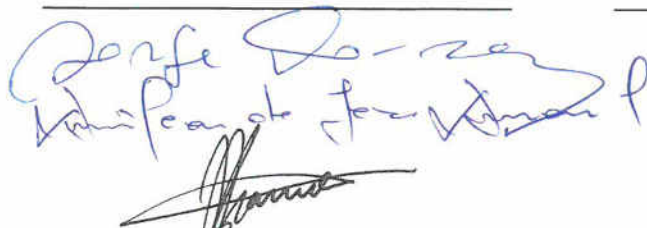
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.017	2.016
Vendas e serviços prestados	3, 11	2.029.297,53	1.979.100,11
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 13, 16.13	2.105.001,04	2.049.371,77
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3, 10	-1.030.981,48	-1.042.603,00
Fornecimentos e serviços externos	3, 16.14	-585.878,48	-594.427,03
Gastos como o Pessoal	3, 14	-2.480.561,87	-2.347.149,85
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3, 16.3	-23.440,68	-10.728,13
Provisões (aumentos/reduções)	3, 12	-6.152,96	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	3	20,76	0,00
Outros rendimentos e ganhos	3, 16.15	174.269,35	160.223,20
Outros gastos	3, 16.1, 16.16	-24.052,94	-53.377,21
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>157.520,27</b>	<b>140.409,86</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 6, 7	-127.710,00	-139.186,67
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>29.810,27</b>	<b>1.223,19</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	3, 16.17	1.531,55	11.377,95
Gastos de financiamento	3, 16.17	-9,43	-16,43
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>31.332,39</b>	<b>12.584,71</b>
Imposto estimado para o período	3	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>31.332,39</b>	<b>12.584,71</b>

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado




F3M - Information Systems, SA  
Rua Francisco dos Prazeres, n.º 7 6300-690 Guarda

## Fluxo de Caixa

Santa Casa da Misericórdia da Guarda  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3, 16	3.220.415,26	3.264.366,58
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3, 16	-1.719.102,20	-1.826.985,33
Pagamentos ao pessoal	3, 14, 16	-2.392.857,33	-2.355.303,80
Caixa gerada pelas operações		-891.544,27	-917.922,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	3, 16	1.064.275,10	1.104.920,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		172.730,83	186.997,57
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3, 6, 7	-82.163,87	-24.886,66
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	3, 16	-1.485,62	-1.475,84
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	16	4.961,21	11.377,95
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-78.688,28	-14.984,55
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		2.987,38	2.171,64
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-2.171,64	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		815,74	2.171,64
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		94.858,29	174.184,66
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		956.514,31	782.329,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4, 16	1.051.372,60	956.514,31

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA  
 Processado por Computador

## **1 Identificação da Entidade**

A "Santa Casa da Misericórdia da Guarda" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º, Série II, com sede em Rua Dr. Francisco dos Prazeres, n.º 7. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- No campo social exerce a sua ação através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, interpretadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade e no setor especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o culto divino nas suas Igrejas e Capelas e exercerá as atividades que constarem no Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes;
- A ação da Santa Casa visa, particularmente, assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, na juventude e na infância;
- No campo cultural, preserva, conserva e divulga o seu património monumental, artístico e documental;
- O âmbito da atividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os setores da saúde e da educação.

Não existem entidade mãe imediata nem entidade mãe final.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

**2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:**

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

**2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2017 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2016.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Consistência de apresentação:**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação:**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa:**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;



- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
-----------	---------------------------

Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	Entre 5 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

#### **3.2.4 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo, sendo que a mensuração subsequente é determinada de acordo com o modelo do custo, seguindo os mesmos critérios definidos para os ativos fixos tangíveis.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Encontra-se em curso um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento e mensuração do património nestas condições e que neste momento não se encontra considerado nas contas ou encontra-se considerado em outros ativos fixos tangíveis.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



### 3.2.6 Agricultura

#### Ativos biológicos e produto agrícola

Os ativos biológicos e o produto agrícola colhido dos ativos biológicos são valorizados como segue:

- Ativos biológicos:
  - No reconhecimento inicial à data do Balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Na impossibilidade de serem valorizados com fiabilidade pelo seu justo valor, os ativos biológicos são valorizados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.
- Produto agrícola:
  - Pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.
  - Os ganhos ou as perdas provenientes do reconhecimento inicial pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, ou de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surja.

#### Subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos

- Subsídios não condicionais:
  - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios se tornem recebíveis.
- Subsídios condicionais:
  - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio; porém, se o subsídio permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio como rendimento numa base proporcional ao tempo.

### 3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

**3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

**3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

**3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



### 3.2.12 Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais

Não aplicável.

### 3.2.13 Número de Pessoas Cooperantes, Número de Voluntários e de Beneficiários

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem 517 Irmãos e 609 utentes em média no ano de 2017 distribuídos da seguinte forma:

Valências	N.º médio de Utentes
PEA - Programa de Emergência Alimentar	27
Centro de Dia da Guarda	10
Centro Dia da Guarda-Gare	16
Lar na Guarda	63
Lar na Vela	99
CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres	33
Creche	24
Jardim	25
Conservatório de música São José da Guarda	275
Unidade de Cuidados Continuados	37
<b>Média Total</b>	<b>609</b>

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral com 6 membros, pela Mesa Administrativa com 10 membros e pelo Conselho Fiscal com 6 membros.

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

A política económica da Santa Casa da Misericórdia da Guarda pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

### 3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objeto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

### 3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:

Não aplicável;

### 3.6 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:

No ano de 2017, no decurso do normal funcionamento da atividade da Instituição, a Exma. Mesa Administrativa foi confrontada pelos Exmos. Srs. Enfermeiros afetos à Unidade de Cuidados Continuados de que o exercício da sua atividade estaria sujeito ao pagamento de um valor a considerar como subsídio de turno. Tratou-se de uma situação que nunca foi considerada como tal pelos serviços de recursos humanos da Instituição, sendo que sempre se considerou que os mesmos não eram devidos. Depois de se obter o adequado aconselhamento jurídico e de se terem consultado várias opiniões, designadamente da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) ficou assente que efetivamente aqueles trabalhadores teriam direito àquele suplemento.

Contudo, a questão é mais abrangente, sendo que não é exclusiva de uma classe profissional, mas aplica-se a todos os trabalhadores nas mesmas circunstâncias. Por este motivo, foram verificadas todas as situações que se pudessem enquadrar no caso referido desde a sua origem, sendo o processo acompanhado desde o início com advogado contratado para o efeito.

Procedemos ao apuramento de todos os valores efetivamente devidos, situação que só tomámos conhecimento no decurso do ano de 2017, pelo que a sua não inclusão nos salários dos anos anteriores se deveu a efetivo desconhecimento. Os valores apurados (incluem funcionários ainda ao serviço da Instituição e funcionários que já se encontram desafetados de funções) somam 292.658,04 €, montante que afeta negativamente os Resultados Transitados, justificando-se assim a variação ocorrida na rubrica em 2017 face ao ano de 2016.

Os restantes movimentos ocorridos em Resultados Transitados reportam à aprovação de contas de 2016 (obtenção de um lucro de 12.584,71 €) e registo de despesas de anos anteriores no valor de 7.919,60 € não contabilizadas nos respetivos exercícios.

## 4 Fluxos de Caixa

O saldo da conta 1210 - Banco Português de Investimento, com o saldo de 11 335,03 euros, encontra-se cativo, por ser referente a valores de um utente à guarda da Instituição. Em caso de falecimento do utente este montante será doado à instituição, sendo que, neste momento é utilizado para pagamento de mensalidades.

## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os erros identificados no período foram considerados na rubrica de resultados transitados conforme disposto na norma aplicável. Os principais factos identificados estão relacionados com erros ao nível das contas correntes que foram corrigidos no presente exercício e que traduzem situações verificadas em períodos anteriores.

## 6 Ativos Fixos Tangíveis

### Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida.

### Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo-se aplicado as taxas máximas e mínimas legalmente em vigor, tal como referenciado na nota 3.1 a.2).

### Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Tal como em exercícios anteriores, foi considerado pelo Conselho de Administração que a vida útil dos ativos fixos tangíveis resultantes da aplicação das taxas máximas e mínimas indicadas, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro), reflete o período durante o qual a empresa espera que os diferentes grupos de ativos estejam disponíveis para uso. As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam de 3.1 a.2).

### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	2016
--	------

*Instituto*

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2016			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
<b>Custo</b>				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2017			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
<b>Custo</b>				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Terrenos e recursos naturais	4 657 300,70	127 622,55				4 784 923,25
Edifícios e outras construções	1 047 289,38	122 76,01				1 059 565,39
Equipamento básico	216 538,56					216 538,56
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Equipamento biológico	367 865,20	5852,42				373 717,62
Equipamento administrativo	33 759,23					33 759,23
Outros Ativos fixos tangíveis	<b>6 322 753,07</b>	<b>145 750,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 468 504,05</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						

Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1 367 821,81	92 015,77				1 459 837,58
Equipamento básico	906 054,70	16 089,90				922 144,60
Equipamento de transporte	195 744,18	16 659,51				212 403,69
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	210 853,29	3 909,62				214 762,91
Outros Ativos fixos tangíveis	12 925,61	2 991,42				15 917,03
<b>Total</b>	<b>2 693 399,59</b>	<b>131 666,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 825 065,81</b>

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00		2 578,39		2 578,39
Edifícios e outras construções	4 784 923,25	27 951,92		364 622,23		5 177 497,40
Equipamento básico	1 059 565,39	35 830,38				1 095 395,77
Equipamento de transporte	216 538,56	0,00				216 538,56
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	373 717,62	4 060,63				377 778,25
Outros Ativos fixos tangíveis	33 759,23	480,00				34 239,23
<b>Total</b>	<b>6 468 504,05</b>	<b>68 322,93</b>	<b>0,00</b>	<b>367 200,62</b>	<b>0,00</b>	<b>6 904 027,60</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	1 459 837,58	94 689,09		94 050,30		1 648 576,97
Equipamento básico	922 144,60	13 563,53				935 708,13
Equipamento de transporte	212 403,69	4 134,87				216 538,56
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	214 762,91	4 486,57				219 249,48
Outros Ativos fixos tangíveis	15 917,03	3 041,42				18 958,45
<b>Total</b>	<b>2 825 065,81</b>	<b>119 915,48</b>	<b>0,00</b>	<b>94 050,30</b>	<b>0,00</b>	<b>3 039 031,59</b>

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	2 578,39					2 578,39

Edifícios e outras construções	364 622,23					364 622,23
<b>Total</b>	<b>2 578,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 578,39</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	79 465,40	7 292,45				86 757,85
<b>Total</b>	<b>79 465,40</b>	<b>7 292,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>86 757,85</b>

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	2 578,39			2 578,39		0,00
Edifícios e outras construções	364 622,23			364 622,23		0,00
<b>Total</b>	<b>2 578,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 578,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	86 757,85	7 292,45		94 050,30		0,00

Em 2016 por alteração ao normativo contabilístico (NCRF-ESNL - pelo Decreto-lei n.º 98/2015), que deixou de prever a existência de propriedades de investimento, procedeu-se a sua transferência para ativos fixos tangíveis.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não foi divulgado o Valor Patrimonial Tributário dos imóveis desta natureza, como uma base para a avaliação do justo valor destes ativos, por não ter sido possível estabelecer uma relação entre as rubricas na contabilidade e a matriz predial.

Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- A data de eficácia da revalorização;
  - Não aplicável.
- Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
  - Não aplicável.
- Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos neles contidos; e
  - Não aplicável.
- A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados:
  - Não aplicável.

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

Não há ativos expressos por quantias revalorizadas.



## 7 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 006,55					5 006,55
Propriedade Industrial	20 820,75					20 820,75
Outros Ativos intangíveis	-0,01					-0,01
<b>Total</b>	<b>25 827,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 827,30</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	6 580,00					6 580,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 300,90					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>11 880,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 580,00</b>

2016				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 006,55	227,55				5 234,10
Propriedade Industrial	20 820,75					20 820,75
Outros Ativos intangíveis	-0,01					-0,01
<b>Total</b>	<b>25 827,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26 054,84</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	6 580,00					6 580,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	5 520,23	244,61				5 764,84
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>12 100,23</b>	<b>244,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 344,84</b>

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00

*Jose Afonso*

Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

- Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;

Os ativos intangíveis registados pela Instituição correspondem a aquisições ao exterior e são satisfeitos por programas de computador e licenças de utilização das instalações. Pelo efeito, todos os ativos apresentam vidas úteis definidas, sendo a sua amortização calculada com base nos critérios fiscais em vigor, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro).

- Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e

Não aplicável.

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável.

## 9 Agricultura

Não aplicável.

## 10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	56 272,79	631402,03	0,00	56 738,96	615249,50	0,00	58 925,37

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	23 636,54	421902,43	0,00	33 871,83	434817,70	-661,95	50 109,19
Produtos acabados e intermediários	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>79 909,33</b>	<b>1 053 304,46</b>	<b>0,00</b>	<b>90 610,79</b>	<b>1 050 067,20</b>	<b>-661,95</b>	<b>109 034,56</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 042 603,00			1 030 981,48
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

Rubricas	2017	2016
<b>Materias Primas</b>		
Gêneros Alimentares	10 774,30	11 724,61
<b>Matérias Subsidiárias</b>		
Material Clínico	17 124,74	7 585,53
Material Hoteleiro	5 593,92	5 179,02
Materiais de Consumo - Medicamentos	16 616,23	7 192,27
Embalagens	0,00	1 162,24
Materias em Transito	0,00	1 028,16
<b>Total</b>	<b>50 109,19</b>	<b>33 871,83</b>

No período não foi registado um ajustamento de inventários reconhecido como um gasto do período e não existe nenhuma importância desta natureza reconhecida.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

**Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e os produtos acabados encontram-se valorizadas ao preço de custo, o qual é inferior ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

**Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.**

Não existiu qualquer ajustamento aos inventários do período. Nem foram registadas quaisquer perdas por imparidade no período que reporta ao período de 31-12-2017.

## 11 Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens

significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	776 132,70	774 944,45
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	1 236 987,47	1 185 760,73
Quotas e joias	9 328,50	12 190,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	6 848,86	6 204,43
Juros	1 531,55	11 377,95
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 030 829,08</b>	<b>1 990 478,06</b>

## 12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumento s	Diminuições s	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	6 152,96	0,00	6 152,96
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>6 152,96</b>	<b>0,00</b>	<b>6 152,96</b>

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes à data do Balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor da provisão registado corresponde a uma estimativa de possível dispêndio associado a um litígio com um ex-trabalhador.

### 13 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios ao investimento do Governo encontram-se apresentados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas, em cada período, conforme mapa anexo.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>		
POEFDS – Saúde XXI	224 591,70	230 278,17
IFADAP – Pro Raia	2 473,25	8 108,61
Fundo de Socorro Social	94 326,82	96 268,37
<b>Total</b>	<b>321 391,77</b>	<b>334 655,15</b>
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>321 391,77</b>	<b>334 655,15</b>

No exercício de 2017 foram doados a esta instituição um valor total de 9 043,46 Euros, donativos esses que foram atribuídos em numerário:

Descrição	2017	2016
<b>Donativos</b>		
Donativos por Obrigação Judicial	0,00	1 300,00
Donativos	9 043,46	4 555,90
<b>Total</b>	<b>9 043,46</b>	<b>5 855,90</b>

### 14 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias, subsídio de natal e abonos para falhas. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada

*Jose Afonso*

*AP*  
*B*

ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontram-se reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da Instituição ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 178 e em 31/12/2016 foi de 188.

Não existem compromissos em matéria de pensões ou análogos.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 978 153,54	1 923 913,13
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	62 234,10	0,00
Encargos sobre as Remunerações	417 336,17	405 827,75
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 478,42	13 835,28
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	5 359,64	3 573,69
<b>Total</b>	<b>2 480 561,87</b>	<b>2 347 149,85</b>

## 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”, registados de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial ou ao custo:

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>50 910,36</b>	<b>39 784,35</b>
Método de Equivalência Patrimonial	28 810,36	17 684,35
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	22 100,00	22 100,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>175 277,47</b>	<b>175 277,47</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>5 323,40</b>	<b>3 864,18</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>-154 173,95</b>	<b>-154 173,95</b>
<b>Total</b>	<b>77 337,28</b>	<b>64 752,05</b>

## 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	5 070,93	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	44 574,50	42 137,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-24 580,50	-24 580,50
<b>Total</b>	<b>25 064,93</b>	<b>17 556,50</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 16.3 Clientes e Utentes

Os ativos financeiros da empresa, constituídos por dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	96 016,11	75 240,08
Utentes	29 032,98	85 198,57
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		

Cientes		
Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	872,90	872,90
Utentes	61 285,90	37 784,37
<b>Total</b>	<b>187 207,89</b>	<b>199 095,92</b>

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Cientes	872,90	872,90
Utentes	61 385,65	37 944,97
<b>Total</b>	<b>62 258,55</b>	<b>38 817,87</b>

#### 16.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição, registadas ao custo:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	9 703,52	2 670,01
Adiantamentos ao pessoal	150,00	150,00
Fornecedores c/c	4 132,57	6 052,45
Adiantamentos a Fornecedores c/c	1 749,84	1 599,89
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	2 541,99	24,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	29 141,39	24 001,36
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	534 254,75	642 919,54
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>581 674,06</b>	<b>677 418,24</b>

Em remunerações a pagar ao pessoal consta o valor de 9 703,52, este valor refere-se em grande parte a um valor de 5 810,92€ de valores pagos aos funcionários, tendo sido lançado no momento do pagamento na conta a débito da conta 23120543 e no momento do registo do custo a crédito das contas 23120380, no valor de 3 813,46€ e na conta 23120411 com o valor de 1 997,46€.

O valor 540,09€ é relativo a trabalhadora Marina Santos, após o encerramento verificou-se que na ficha de funcionária não estava selecionado os seguintes custos, ajuda de custo de deslocações e prémio de penosidade, que foram processados e pagos mas não foram considerados como custo, situação a retificar em 2018.

O restante valor de 3 352,51€, refere-se a valor a devolver pelos funcionários, conforme lista seguinte:

Descrição	2017
Hugo Luís de Sousa Monteiro Simões	2 313,71
Cristina Maria Fernandes dos santos	182,83
Sofia Marisa Brás Agostinho Ramos	148,47
Andreia Filipa Sousa Pereira	25,00
Ana Isabel Marques Rosa	681,50
<b>Total</b>	<b>3 351,51</b>



Relativamente ao valor de "Outros devedores" as principais entidades devedoras são as seguintes:

Descrição	2017
ANF	26 612,45
Centro Distrital de Segurança Social da Guarda	7 922,44
ARS – Administração Regional de saúde do Centro	266 213,32
IASFA	6 116,68
Credito Agrícola	5 219,50
Instituto de emprego e Formação Profissional	16 689,75
DREC	192 670,00
<b>Total</b>	<b>521 444,14</b>

### 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos, ao custo:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros		
Outros	12 518,61	4 623,05
<b>Total</b>	<b>12 518,61</b>	<b>4 623,05</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	300,00	0,00
Outros (Subsídios à Exploração)	272 082,96	260 887,19
<b>Total</b>	<b>272 382,96</b>	<b>260 887,19</b>

### 16.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

### 16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1 621,50	3 576,32
Depósitos à ordem	148 751,10	151 937,99
Depósitos a prazo	901 000,00	801 000,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>1 051 372,60</b>	<b>956 514,31</b>

### 16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5 290 114,00	0,00	0,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-643 559,05	0,00	-292 552,56	-936 111,61
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras variações nos fundos patrimoniais	384 119,82	0,00	-8 703,75	375 416,07
<b>Total</b>	<b>5 030 674,77</b>	<b>0,00</b>	<b>-301 256,31</b>	<b>4 729 418,46</b>

Nos Resultados Transitados, as diminuições de 292 552,56 Euros justificam-se da seguinte forma:

Descrição	Valor
Transferência do Resulto Líquido Ano anterior	-12 584,71
Outras variações de resultados transitados	305 137,27
<b>Total</b>	<b>292 552,56</b>

O valor da rubrica "Outras variações de Resultados transitados, refere-se ao valor de subsídio de turno, já devidamente explicitado na nota 3.6.

## 16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	174 106,32	167 157,89
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	230,71	230,71
<b>Total</b>	<b>174 337,03</b>	<b>167 388,60</b>

## 16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	7 139,65	7 139,65
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24 557,56	29 813,92
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	325,82	1 695,38
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32 023,03</b>	<b>38 648,95</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 695,36	2 218,45
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	37 368,25	25 466,25
Segurança Social	73 804,16	72 495,53
Caixa Geral de Aposentações	4 662,71	4 585,30
Outros Impostos e Taxas	530,86	550,68
<b>Total</b>	<b>119 061,34</b>	<b>105 316,21</b>

## 16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		6 633,78		462,99
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00

Cientes e Utentes c/c		3 815,84		1 430,74
Adiantamentos de Clientes e Utentes		35,50		0,00
Fornecedores de Investimentos		45 874,94		53 821,84
Credores por acréscimo de gastos		575 165,18		332 404,23
Outros credores		5 095,58		3 936,67
Perdas por imparidade acumuladas				38 817,87
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>636 620,82</b>	<b>0,00</b>	<b>430 874,34</b>

O saldo da conta remunerações a pagar resulta de:

- Uma penhora de 150,00 Euros de um funcionário da Instituição que ainda não tinha sido transferida para o solicitador;
- Os restantes 6 483,78 Euros resultam de quantias que efetivamente eram devidos aos funcionários e que regularizados após 31 de dezembro de 2017.

O saldo da conta Fornecedores de investimentos de 43 332,95 subdivide-se em:

Fornecedor	2017	2016
Chupas e Morrão, SA	43 102,52	43 102,52
Manuel J. A. Gomes - Estruturas Metálicas, Lda	2 747,20	2 747,20
Traçoinox	25,22	836,65
Galbilec	0,00	6 435,98
Isidro Pires da Silva, Lda	0,00	699,43
Climacolda2018, Lda	-2 541,99	0,00
<b>Total</b>	<b>43 332,95</b>	<b>53 821,78</b>

#### 16.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

#### 16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 105 001,04	2 049 371,77
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 105 001,04</b>	<b>2 049 371,77</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 14.

#### 16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	5 658,00	5 779,77

*João C. ...*

*AP*

*B*

Serviços especializados	192 849,37	178 588,42
Materiais	20 037,67	12 420,72
Energia e fluidos	282 027,35	295 445,54
Deslocações, estadas e transportes	3 647,63	3 710,60
Serviços diversos	66 155,66	74 988,38
Encargos Com os utentes	10 414,80	18 087,60
Publicações	5 088,00	5 406,00
<b>Total</b>	<b>585 878,48</b>	<b>594 427,03</b>

### 16.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	13 695,66	12 492,55
Descontos de pronto pagamento obtidos	22 380,95	23 109,37
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	774,67	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11 126,01	1 807,86
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	100 380,80	87 756,00
Outros rendimentos	25 911,26	35 057,42
<b>Total</b>	<b>174 269,35</b>	<b>160 223,20</b>

### 16.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1 036,15	988,53
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	184,84	1 548,37
Perdas em inventários	1,86	31,26
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	22 830,09	49 309,05
<b>Total</b>	<b>24 052,94</b>	<b>51 877,21</b>

### 16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	9,43	16,43
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9,43</b>	<b>16,43</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1 531,55	11 377,95
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 531,55</b>	<b>11 377,95</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>1 522,12</b>	<b>11 361,52</b>

*Justo valor*

*AP*

*B*

**16.18 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor**

- **Cotação de mercado (instrumentos negociados em mercado líquido e regulamentado);**  
Não aplicável.
- **Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;**  
Não aplicável.
- **Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros;**  
Não aplicável.
- **Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.**  
Não aplicável.

**16.19 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.**

Não aplicável.

**16.20 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:**

- **Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos;**  
Não aplicável;
- **Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.**  
Não aplicável;



**16.21 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.**

Não aplicável;

**16.22 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- **Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**  
Não aplicável;
- **Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**  
Não aplicável;
- **Outros créditos;**  
Não aplicável;
- **Fundos subscritos e não realizado;**  
Não aplicável;
- **Diferimentos.**  
Não aplicável;

**16.23 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- **Empréstimos por obrigações;**  
Não aplicável;
- **Dívidas a instituições de crédito;**  
Não aplicável;
- **Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**  
Não aplicável;
- **Dívidas por compras e prestações de serviço;**

Não aplicável;

- **Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**

Não aplicável;

- **Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**

Não aplicável;

- **Outras dívidas;**

Não aplicável;

- **Diferimentos.**

Não aplicável;

## **17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Guarda, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



---

A Mesa Administrativa



---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia da Guarda** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.972.293,34 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.760.750,85 euros, incluindo um resultado líquido de 31.332,39 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a Opinião com Reservas

A análise dos elementos constantes no cadastro de ativos fixos tangíveis permitiu identificar um conjunto de discrepâncias face aos registos contabilísticos, sendo que não foi possível estabelecer uma correspondência com os elementos patentes no registo da Autoridade Tributária e da Conservatória do Registo Predial. Consequentemente, não foi possível concluir quanto ao registo integral da classe de ativos acima referida, pelo que não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos seus efeitos nas divulgações, nos ativos, nos fundos patrimoniais e nos resultados do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com Reservas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 7 de março de 2018

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575

Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539, CMVM n.º 20161149



## **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 5.972.293 Euros e um total de capital próprio de 4.760.751 Euros, incluindo um resultado líquido positivo de 31.332 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

## **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Santa Casa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com algumas Normas Técnicas de modo a obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.  
Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e a apreciação sobre se é adequada; em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **OPINIÃO**

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA, em 31 de dezembro de 2017, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Guarda, 7 de março de 2018

O Conselho Fiscal,